



PACTU

CUT BRASIL

CONTRAF
FETEC CUT/PR
 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
 EMPRESAS DE CRÉDITO DO ESTADO DO PARANÁ

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava


Nivalda Sguissardi assume a coordenação política do Pactu

Sindicatos do Pactu elegem nova coordenadora

No dia 12/09, os Sindicatos dos Bancários do Pactu (Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava), se reuniram na cidade de Guarapuava, para mais uma reunião ordinária de seu Conselho Político e de Imprensa. Estas reuniões acontecem bimestralmente e têm o objetivo de discutir ações conjuntas e posicionamento frente as demandas do movimento sindical bancário do Paraná.

Na pauta, entre outros assuntos, estiveram os preparativos para o 13º Congresso Nacional da CUT, os PDVs dos bancos privados e aprimoramentos no jornal e na comunicação conjunta dos sindicatos do Pactu. O principal assunto, porém, foi a substituição de Sandra Regina Homeniuk na coordenação dos sindicatos do Pactu e na Executiva da Fetec-CUT/PR. Sandra aderiu ao Programa de Demissão Voluntária do Itaú Unibanco e está deixando a categoria. Após debates, por unanimidade, foi aprovado o nome de Nivalda Sguissardi, atual presidenta do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão.

Ao final da reunião, Sandra recebeu homenagens pela sua contribuição ao Pactu e ao movimento sindical. Nivalda, em nome dos presentes, agradeceu o trabalho realizado por Sandra e, ao mesmo tempo, assumiu o compromisso de dar continuidade à coordenação das lutas da categoria nas regiões dos sindicatos do Pactu.


Sandra Regina Homeniuk foi homenageada pelo trabalho prestado ao Pactu

A reunião contou com presença de representantes de todos os sindicatos do Pactu

Fetec-CUT/PR debateu o funcionamento dos sindicatos
 Página 2

Reforma da Previdência e o arrocho no valor da aposentadoria
 Página 3



Fetec-CUT/PR debateu o funcionamento dos sindicatos

No dia 17/09, a Fetec-CUT/PR promoveu uma reunião com os presidentes e representantes de seus dez sindicatos filiados (Apucarana, Arapoti, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Paranaíba, Toledo e Umuarama). A reunião foi realizada no Espaço Cultural do Sindicato dos Bancários de Curitiba e contou com a presença de representantes de todos os sindicatos do Pactu.

A atividade teve o objetivo de discutir o funcionamento administrativo e a manutenção das ações dos sindicatos do estado, considerando que todos terão suas atividades afetadas pela adesão de dirigentes aos

Programas de Demissão Voluntária implementados pelos bancos Itaú e Bradesco.

A iniciativa do encontro foi do presidente da Fetec-PR, Junior Cesar Dias, que contou com a assessoria de Nasser Ahmad Allan, advogado da federação. Junior esclareceu que “a principal entidade de defesa dos direitos dos bancários é o Sindicato e é fundamental que o mesmo tenha a estrutura material e humana necessária para o cumprimento de sua finalidade”.

Nivalda Sguissardi, presidenta do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e nova coordenadora do Pactu, complementou: “mais que nunca, serão necessárias ações solidárias entre as entidades, para que os bancários e bancárias continuem sendo protegidos pelos seus sindicatos”, afirmou a dirigente.



Contraf-CUT conta a história da PLR

Os recursos da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) ajudam a movimentar a economia de todo o país. Em setembro de 2019, somente com a primeira parcela, foram injetados aproximadamente R\$ 3,488 bilhões na economia, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Mas, nem sempre foi assim. Os sindicatos começaram a debater e a reivindicar a PLR em meados de 1990. A conquista só veio em 1995. Desde aquele ano até a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) atual, os sindicatos e a categoria obtiveram muitos avanços.

“A união e organização da categoria foi fundamental para a melhoria da PLR no decorrer destes 25 anos de luta” destaca a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-

CUT), Juvandia Moreira. Ela lembra que os bancos não dão nada de graça. “O que eles chamam de benefícios, são direitos que conquistamos com mobilização e luta. Por isso, é fundamental que bancários e bancárias tenham a consciência da importância de sua participação, mas também que os avanços somente são possíveis se eles estiverem unidos às entidades de representação sindical”, ressaltou.

A Contraf-CUT conta a história desta evolução por meio de texto e vídeos. São 10 mini-vídeos de aproximadamente 30 segundos cada um, com o passo a passo dos avanços, e um vídeo mais longo, com pouco mais de três minutos, com toda a história da melhoria da PLR.

O material está disponível no canal da Contraf-CUT no YouTube.

2º SEMINÁRIO JURÍDICO NACIONAL DA CONTRAF

A Contraf-CUT realizou, nos dias 12 e 13/09, o 2º Seminário Jurídico Nacional. O evento, voltado para representantes jurídicos das entidades sindicais, assessorias e dirigentes sindicais, visou potencializar as iniciativas em defesa dos direitos dos trabalhadores de todo o país e articular a intervenção judicial das entidades.

Entre os temas abordados durante os dois dias de palestras, estiveram: “Estado

Democrático de Direito em Tempo de Vaza Jato”, “Liberdade e Pluralidade Sindical”, “Previdência Social em Tempos de Deforma” e “O Futuro da Justiça do Trabalho: Novos Métodos de Resolução de Conflitos”. Do Pactu participaram os dirigentes: Evandro Schlichting Calvo, de Paranaíba, e Everaldo Gornaski Ribeiro, de Guarapuava, e os assessores jurídicos Olindo de Oliveira, de Guarapuava, e Bruno Schmidt, de Umuarama.

Reforma da Previdência e o arrocho no valor da aposentadoria

Até fechamento desta edição do Jornal Pactu, a votação da reforma da Previdência no Senado ainda não havia acontecido e a CUT continuava a árdua luta contra a sua aprovação.

Caso a reforma seja aprovada, um dos maiores prejuízos será o achatamento do valor dos benefícios, inclusive dos trabalhadores com salários mais baixos. O arrocho é causado por dois elementos da proposta do governo de Bolsonaro:

1. O cálculo do benefício com base na média de todos os salários de contribuição recolhidos desde 1994 ou do momento em que o/a trabalhador/a tenha passado a contribuir. Na regra atual, desprezam-se os 20% menores salários de contribuição, o que eleva a média;

2. A equiparação do benefício a 60% da média mais 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos, no caso do homem, ou a 15 anos, no caso da mulher. Assim, para que se atinja a aposentadoria integral será necessário que os homens contribuam por 40 anos e as mulheres, por 35 anos. Hoje, a aposentadoria por tempo de contribuição garante 100% da média se o homem atingir 35 anos de contribuição e a mulher, 30 anos, desde que idade e tempo de contribuição somem, respectivamente, 96 ou 86 pontos.

O efeito negativo dos dispositivos previstos na

PEC sobre o valor dos benefícios previdenciários pode ser comprovado tomando-se a aposentadoria por tempo de contribuição como referência para a avaliação. Para tanto, basta comparar os valores da aposentadoria adquirida nessa modalidade, se concedida sob as regras atuais, com os valores resultantes da aplicação da nova regra.

Para expressar essa comparação em valores monetários, é necessário pressupor a evolução dos salários de um determinado indivíduo hipotético, desde julho de 1994. Esse passo do cálculo é muito importante porque é a evolução salarial do trabalhador que determina a média das suas contribuições e, conseqüentemente, o valor da sua aposentadoria inicial.

Neste exercício, são feitas simulações com três salários de contribuição diferentes, em julho de 1994, a partir das seguintes hipóteses:

a) salários de contribuição equivalentes ao recolhimento sobre R\$ 194,37, R\$ 323,95 e R\$ 453,53;

b) reajustes salariais anuais, desde então, em julho de cada ano, pela aplicação do INPC-IBGE acumulado nos 12 meses anteriores, mais aumentos reais de 1% ao ano.

c) manutenção do trabalhador empregado ao longo de todo esse tempo.

COMPARAÇÃO DO VALOR DA APOSENTADORIA NAS REGRAS ATUAIS E NA PEC 6/2019 MESMO VALOR INICIAL, CORRIGIDO PELO INPC + 1% AO ANO

SALÁRIO EM JULHO 1994	194,37	323,95	453,53
ÚLTIMO SALÁRIO (EM JUNHO 2019)*	1.382,46	2.304,09	3.225,73
MÉDIA PELAS REGRAS ATUAIS	1.341,95	2.236,58	3.131,21
APOSENTADORIA PELAS REGRAS ATUAIS**	1.341,95	2.236,58	3.131,21
MÉDIA PELA PEC 6	1.312,99	2.188,31	3.063,64
APOSENTADORIA REGRAS PEC 6	1.181,69	1.969,48	2.757,28
PERDA EM R\$	-160,25	-267,09	-373,93
PERDA EM %	-11,9%	-11,9%	-11,9%

*Reajustes anuais pelo INPC + 1% de aumento real

**Sem incidência do Fator Previdenciário

Fonte:Dieese

BANCO DO BRASIL

Contraf-CUT cobra soluções para licença saúde



Em reunião da mesa de negociações de Saúde dos funcionários do Banco do Brasil, a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) apresentou ao banco os diversos problemas que levam os bancários a ficar sem remuneração durante o afastamento para tratamento de saúde. Existem procedimentos que devem ser seguidos que nem sempre estão claros para os funcionários. Por isto a CEBB cobrou maior divulgação e clareza destes procedimentos para que nenhum funcionário seja prejudicado. O banco respondeu que cabe ao gestor de cada agência, ou departamento, fazer o acompanhamento dos funcionários afastados para tratamento de saúde e que vai elaborar e disponibilizar um e-book com os procedimentos aos funcionários e às entidades de representação.

Bancários discutem emprego e remuneração com o Itaú

No dia 18/09, a direção do Itaú esteve na sede da Contraf-CUT para se reunir com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú. Remuneração e emprego foram os principais temas da pauta. Ficou definido que um grupo de trabalho (GT) será criado para debater remuneração. A reivindicação veio após a pesquisa realizada com os trabalhadores sobre os programas Score de Qualidade de Venda (SQV) e o Ação Gerencial Itaú para Resultado (Agir), apresentados para o banco nesta quarta. O levantamento mostrou que o SQV, lançado pelo banco para avaliar o comportamento das vendas realizadas pelos bancários, na verdade, tem penalizado os trabalhadores, com impactos negativos na saúde, como estresse e depressão. Já o Agir, a opinião da categoria é que o programa é injusto, pois estabelece – muitas vezes – metas inalcançáveis. “O objetivo da criação do grupo de trabalho é alterar a forma de cobrança abusiva das metas e criar um pagamento proporcional dentro do programa, que hoje não existe. Atualmente, só recebe o Agir quem alcança 100% da meta estabelecida no programa. O que é injusto, pois a meta junta os números pessoais e os coletivos de cada agência”, afirmou Jair Alves, coordenador da COE do Itaú.



Os sindicatos do Pactu aproveitaram as manifestações do dia 20/09 para protestar nas agências da Caixa e do BB, principal alvo da política de privatizações do governo federal

Pactu participou das mobilizações do dia 20/09

O dia 20/09 foi de intensa mobilização em todo o Brasil. Centrais sindicais e movimentos sociais organizaram manifestações em todo o país em defesa do meio ambiente e contra a reforma da previdência. As atividades foram motivadas pela Greve Global pelo Clima, que antecedeu a Cúpula do Clima da ONU, e a iminência da votação da reforma da previdência no Senado. Além destas mobilizações, o Comitê em Defesa das Empresas Públicas, coordenado por Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, também organizou atividades. Os sindicatos do Pactu optaram por realizar manifestações nas agências da Caixa e do BB, principais alvos da política de privatizações do governo federal.

Zelário Bremm, funcionário da Caixa e dirigente do Pactu em Toledo, destacou que “os bancos e as empresas públicas são essenciais para a soberania e para o desenvolvimento econômico e social do país”. Segundo ele, “países desenvolvidos não abrem mão de suas empresas públicas”, e questiona: “porque que entregar empresas lucrativas como Banco do Brasil, Caixa e Petrobras para o capital privado estrangeiro?”

Em Umuarama, além de panfletagem nas agências da Caixa e do BB, o Sindicato também entregou ao presidente da Associação Comercial da cidade, Cartilha em Defesa dos Bancos Públicos, editada pela Contraf-CUT.

BB frustra negociação e Cassi continua sem solução

A Contraf-CUT e demais entidades de representação dos funcionários do Banco do Brasil se reuniram com o banco no dia 25/09, para que o banco esclarecesse sua posição com relação à solução para a situação da Cassi. No entanto, o BB se negou a reabrir negociações, frustrando a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e todos os empregados do banco.

Em resposta formal à Contraf-CUT, o BB afirmou que “não é viável a reabertura da mesa de negociação” porque os “limites e as premissas permanecem inalterados” em relação à proposta de maio, aprovada pela maioria dos associados, mas que não foi encaminhada devido à falta de quórum na votação. Isso quer dizer que o banco não aceitará novas propostas. Só aceita a possibilidade de avaliar a proposta anterior, que não atingiu o quórum de

aprovação pelos associados em maio. Mas, se não houver consenso e ela for novamente recusada, informou que tem um ‘plano B’ para a falta da Cassi, que consiste na busca de uma solução no mercado para garantir a assistência à saúde dos funcionários. “A Cassi passa por um processo de intervenção e corre sérios riscos”, alerta Luis Marcelo Legnani, funcionário do BB e diretor do Pactu em Campo Mourão.

No dia 22 de outubro, a intervenção na Cassi completa 90 dias. Até lá, a diretora fiscal nomeada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vai exigir que a diretoria da Caixa de Assistência apresente uma solução para o equilíbrio financeiro da instituição. “O movimento sindical também continuará pressionando o banco para que haja uma solução para o impasse”, avisa Marcelo.